

Retorno à racionalidade

21 MAR 1993

CORREIO BRAZILIENSE

José Carlos Mello

Que economia não é uma ciência, creio não haver mais dúvidas. Basta alguém assumir uma posição de mando na economia, para todos os demais entendidos no assunto começarem a criticá-lo, de modo a desestabilizar o recém-assumido, se possível derrubá-lo rápido e, com propostas milagrosas que os anteriores não tiveram capacidade de enxergar, assumir patrioticamente a posição recém-vaga. Este ciclo é mais ou mais prolongado, em função do despreparo maior ou menor dos presidentes em questões econômicas. O ministro da Economia, ou da Fazenda, começa a cair no dia que é convidado, antes mesmo da posse.

Por não se apoiar em alguma ciência, mas em processos práticos, casos passados, tentativas e erros, a gestão da economia deve ser baseada na racionalidade, na busca permanente da lógica, fugindo sempre do mágico, do misterioso. Se com a lógica é difícil salvar uma economia doente, imagine-se com ajuda de pajelaças ou magia negra, aí mesmo é que as coisas ficam complicadas.

Há sete anos, desde fevereiro de 1986, perdemos inteiramente a racionalidade na procura da solução de nossos problemas econômicos, ou pela busca de soluções mágicas, com milagres heterodoxos, ou por falta de condições políticas, como foi o caso do Plano Verão de janeiro de 1989.

Depois de atravessar longos períodos de sofrimento, até o mais humilde dos brasileiros já percebeu que não há mínima possibilidade de mi-

lagre em economia, que congelamentos não funcionam, que quebra das regras em vigor afasta os investimentos, que calote não dá certo — e por aí vai.

O mais perverso desses planos que pretendiam resolver tudo por decreto é que, além da recessão, do desemprego, do medo provocado nos investidores, eles deixaram uma pesadíssima herança, a ser paga no futuro. Fala-se em 70 bilhões de dólares de demandas judiciais geradas pela quebra unilateral de contratos, provocadas pelos planos heterodo-



xos dos últimos sete anos, a serem resgatados no futuro. O mais incrível é que autores e cúmplices de tais planos ainda se acham no direito de opinar, quando deveriam estar recolhidos a um silêncio obsequioso para com a Nação.

A única boa notícia dos últimos dias é que, parece, voltaremos à racionalidade em questões econômicas; o passado das pessoas que ocupam os principais cargos na área permite antever isso. Caso não aconteça o retorno à racionalidade, ocor-

rerá mais uma frustração, mais uma ação retardatória da retomada do processo de desenvolvimento em bases sustentáveis.

É evidente que um país que não cumpre acordos externos, não assume contrapartidas garantidas em contratos com instituições multilaterais de crédito, que tem um generoso Banco Central tapando rombos do Tesouro e de algumas instituições de crédito, que passa o calote com a maior tranquilidade, dentro e fora do País, não tem como controlar a inflação.

A retomada da racionalidade deve compreender, principalmente, o ataque aos problemas na origem, não confundindo causa com efeito, como ocorreu nos planos heterodoxos.

Caso predomine o bom-senso na gestão econômica — e há no momento clima para tanto —, o Governo estará também se preparando para a revisão constitucional, pois terá condições para eliminar de nossa Constituição todos os elementos estranhos ao progresso, como aposentadorias prematuras, despesas sem correspondente receita, ou mesmo exotismo como definir quem transporta petróleo por dutos.

Nunca foi tão necessário gerar confiança nas pessoas, nos poupadores, nos investidores, porém já perdemos os anos 80 e começamos mal os anos 90, tudo porque nossos dirigentes não tiveram paciência, não souberam escolher com critério seus principais auxiliares, não optaram por políticas sérias. A Nação vem sendo submetida a imenso sacrifício em nome de nada, de futuro algum. É o momento de dar um basta na irresponsabilidade.

A escolha da equipe econômica dos últimos dias estimula a confiança. Torçamos para que ela resolva os problemas do País, usando racionalidade e bom-senso, sem pacotes ou os milagrosos planos de curto prazo.

□ José Carlos Mello, ex-secretário-geral do Ministério do Interior (Minter), é engenheiro Civil.